duas medalhas comemorativas das campanhas das Forças Armadas (Ultramar e Macau).

O vice-almirante Viegas Filipe é casado com a Sr.ª D. Maria Vitória e tem três filhas.

Despacho conjunto n.º 106/2006. — 1 — Nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/91, de 4 de Abril, é nomeado, sob proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, o vice-almirante José Augusto de Brito como director-geral do Instituto Hidrográfico, substituindo no cargo o vice-almirante Carlos Alberto Viegas Filipe que, por ir exercer outras funções, é exonerado na mesma data.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2006.

17 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Curriculum vitae

O vice-almirante Augusto de Brito ingressou na Escola Naval em 1965.

De entre as diversas funções que desempenhou embarcado destacam-se os comandos do patrulha NRP *Quanza*, da corveta NRP *João Roby* e da fragata NRP *Comandante Roberto Ivens*. Foi instrutor no Centro de Instrução de Tática Naval e na Escola de Armas Submarinas.

Desempenhou as funções de comandante da Esquadilha de Escoltas Oceánicas e de segundo-comandante da Flotilha. Na NATO exerceu funções de Chief Staff Officer no Comando da Força Naval Permanente do Atlântico e foi responsável pela área de Above Water Warfare no SACLANT.

Frequentou os cursos Geral e Superior Naval de Guerra.

Em Setembro de 2002, como vice-almirante, foi nomeado chefe da Divisão de Operações do Estado-Maior-General das Forças Armadas, cargo que desempenha até à tomada de posse como director-geral do Instituto Hidrográfico, em Janeiro de 2006.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 107/2006. — O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência é o serviço de planeamento, coordenação, desenvolvimento e execução da política nacional de prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

A licenciada Luísa Pinheiro Portugal, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o exercício de cargos de direcção superior, possui a competência técnica, a aptidão, a experiência profissional e a formação adequadas ao exercício das funções para que é nomeada.

Sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeada secretária nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência a licenciada Luísa Pinheiro Portugal.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006.

17 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Resumo da nota curricular

Luísa Pinheiro Portugal, 53 anos, casada, dois filhos.
Morada — Rua de António Pardal, 2100 Coruche.
Qualificação académica:

- Licenciatura em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina da Universidade Clássica de Lisboa, em Julho de 1976;
- Curso de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, em 1982-1983;
- Curso de pós-graduação em Fertilidade dos Adolescentes, OMS/Europa, Universidade Médica de Debrecen, Hungria, em 1990;
- Curso de especialização pós-graduada em Gestão Integrada dos Serviços de Saúde, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, em 2003;

Especialista em saúde pública pela Ordem dos Médicos com o grau de consultor em saúde pública.

Experiência profissional:

- Médica de saúde pública e autoridade de saúde do concelho de Coruche;
- Directora do Centro de Saúde de Coruche;
- Docente de Anátomo-Fisiologia e Epidemiologia na Escola Superior de Enfermagem de Santarém;
- Directora de internato médico complementar de saúde pública;
- Formadora para profissionais de saúde, educação, serviço social e animação comunitária, em colaboração com instituições públicas, privadas e ONG.

Outras áreas de intervenção:

Deputada do Partido Socialista na Assembleia da República entre 1999 e 2005 (VIII e IX Legislaturas), eleita pelo círculo eleitoral de Santarém:

- Comissão de Saúde e Toxicodependência;
- Comissão para a Paridade e Igualdade de Oportunidades;
- Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais;
- Membro do Grupo Parlamentar Português para o Desenvolvimento e População.

Presidente da Assembleia Municipal de Coruche.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 108/2006. — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 11.º dos Estatutos do Instituto da Droga e da Toxicodependência, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 172/2005, de 14 de Outubro, e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada para o exercício das funções de vogal do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicodependência a licenciada Maria do Rosário Torégão Romão Sequeira Gil, cujos perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Dados pessoais — Maria do Rosário Torégão Romão Sequeira Gil, nascida em Lisboa em 2 de Outubro de 1948, casada.

Habilitações académicas — licenciatura em Finanças do Instituto Superior de Economia de Lisboa, concluída no ano lectivo de 1972-1973.

Actividade profissional:

Ministério da Educação:

1973-1979 — funções docentes nos ensinos técnico-profissional e secundário;

Ministério da Indústria e Energia:

1979-1980 — Delegação Regional de Lisboa, funções técnicas na área de promoção e ordenação do investimento industrial no Núcleo de Acção Externa Privada da Direcção de Serviços de Promoção e Comercialização;

1980-1986 — Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI):

- Funções técnicas no Gabinete de Planeamento de Engenharia e Tecnologia Industrial;
- Funções técnicas na Direcção de Serviços de Finanças e Património;
- Assessoria no Gabinete da Vice-Presidência;

1986-1994 — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI):

- Assessoria no grupo de estudos heurísticos de maximização tecnológica assessoria;
- Assessoria no Núcleo de Análise de Valor;
- Funções dirigentes na Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial;